

POR UMA CIÊNCIA-PROFISSÃO: O PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Valéria Barbieri*

RESUMO. Em Psicologia, a epistemologia tradicional positivista pressupõe uma separação nítida entre ciência e profissão e distingue os raciocínios que informam cada uma. A filosofia pós-moderna, contudo, alterou as relações entre ciência e profissão ao enfatizar que a escolha do paradigma deve ser guiada por sua utilidade e possibilidade de produzir conhecimentos transformadores. Nessa direção, este artigo apresenta uma análise dos pressupostos epistemológicos e metodológicos dominantes na pesquisa em Psicologia, bem como daqueles capazes de fundamentar e legitimar a atividade profissional, particularmente o Psicodiagnóstico Interventivo, como meio de produção do conhecimento científico.

Palavras-chave: psicodiagnóstico interventivo, metodologia, epistemologia.

FOR A SCIENCE-PROFESSION: THERAPEUTIC ASSESSMENT AS A METHOD OF SCIENTIFIC RESEARCH

ABSTRACT. The traditional positivistic epistemology in Psychology assumes a clear separation between science and profession, and distinguishes the reasons that inform them. Post-modern philosophy, however, changed the relationship between science and profession due to the fact that it highlighted the choice of the paradigm which must be guided by its utility and by its ability to produce transforming knowledge. Current paper analyzes the epistemological and methodological assumptions dominant in psychological research and those which may establish and legitimate the professional activity. This is particularly true of Therapeutic Assessment as a production milieu of scientific knowledge.

Key words: Interventive psychodiagnosis, methodology, epistemology.

POR UNA CIENCIA-PROFESIÓN: EL PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTOR COMO MÉTODO DE INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

RESUMEN. En Psicología, la epistemología tradicional positivista presupone una separación nítida entre ciencia y profesión, y distingue los razonamientos que informan cada una. Sin embargo, la filosofía posmoderna alteró las relaciones entre ciencia y profesión al enfatizar que la elección del paradigma debe guiarse por su utilidad y posibilidad de producir conocimientos transformadores. En esa dirección, este artículo presenta un análisis de los presupuestos epistemológicos y metodológicos dominantes en la investigación en Psicología, así como de aquellos que puedan fundamentar y legitimar la actividad profesional, particularmente el Psicodiagnóstico Interventor, como lugar de producción del conocimiento científico.

Palabras-clave: Psicodiagnóstico interventor, metodología, epistemología.

Nos cursos de Psicologia é freqüente encontrar exigências diferentes para a formação do pesquisador e do profissional, denunciando a existência de uma separação nítida entre ciência e profissão. Essa discriminação também foi apontada por Hoshmand e Polkinghorne (1992), que a ilustraram com a formação, pela *American Psychological Association*, de dois grupos separados de interesse, um de

acadêmicos e um de profissionais. Suas raízes repousam na epistemologia positivista, que sustenta como legítimo somente o conhecimento gerado pelo modo experimental, comprometido com a linguagem matemática como expressão de relacionamentos que existiriam “naturalmente” entre categorias. Como consequência, também se criou uma distinção entre o tipo de pensamento que informa a ciência e o que

* Doutora. Professora do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FFCLRP-USP.

informa a prática, sendo o último considerado inferior em relação ao primeiro. Com isso, aos práticos seria designado um papel secundário de “aplicadores” do conhecimento, mas nunca de seus produtores.

Não obstante, o advento do pensamento pós-moderno, nos anos 80, surtiu efeitos profundos na Psicologia, entre os quais o reconhecimento da necessidade de constituir um campo de conhecimento multimetodológico, multidisciplinar e multiparadigmático, mas acima de tudo integrado (Sternberg & Grigorenko, 2001). Essa proposta altera as relações entre ciência e profissão, uma vez que um de seus princípios é que a escolha do paradigma deve ser guiada por sua frequência de utilidade, com ênfase na produção de conhecimentos transformadores. Destarte, o valor do conhecimento não diria respeito à sua exata correspondência com a realidade, mas à sua capacidade de guiar a ação humana para a consecução de metas, ou seja, o seu significado social.

Embora grande parte desses princípios e objetivos já seja contemplada pelas abordagens científicas qualitativas, o predomínio em nossa sociedade das perspectivas quantitativas dificulta as possibilidades de integração entre investigação e intervenção.

Nesse contexto, com vista a contribuir para romper a separação entre ciência e profissão, este estudo realizou uma análise dos pressupostos epistemológicos e metodológicos dominantes na pesquisa em Psicologia, bem como daqueles capazes de legitimar a atividade prática como local de produção do conhecimento científico, finalizando com uma ilustração sobre as possibilidades de sua construção a partir de uma prática profissional recente: o Psicodiagnóstico Interventivo.

PERSPECTIVAS QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE INVESTIGAÇÃO

As origens dos enfoques qualitativo e quantitativo remontam à Antigüidade, o primeiro à filosofia de Aristóteles e o segundo à platônica (Conde, 1995a). Enquanto Aristóteles preconizava uma aproximação da natureza no que ela tinha de mais sensível e substantivo, Platão defendia que ela fosse abordada no que tinha de mais formal, ideal, abstrato e matematizável. De acordo com o pensamento platônico, ao terminar de dividir um objeto restaria apenas a forma pura, a matemática, que poderia, assim, substituir a natureza mesma. Aristóteles, ao contrário, sustentava uma metodologia de aproximação dos fenômenos que fosse empírica e considerasse os processos e movimentos deles.

As bases para a matematização da natureza e para o livre-pensamento formal foram fortalecidas em 1277, quando o bispo de Paris admitiu a existência do “zero” e da possibilidade, implicando na noção de uma realidade que poderia ser vazia. Com isso, ela seria capaz de apresentar conteúdos vicariantes e intercambiáveis, que deixariam de fazer parte de sua essência. Esse acontecimento permitiu desenvolver a plena formalização, matematização e quantificação da natureza até as suas últimas conseqüências (Conde, 1995a). Com isso, a realidade passou a ser concebida como mero conjunto de regras e leis, e o “quantitativo-matimizável” adquiriu o *status* de natureza primeira e anterior ao qualitativo. Este passou a ser identificado com o “subjetivo”, cujas dimensões deveriam ser esvaziadas dos fenômenos ou tratadas como *desvios e perturbações a ter em conta*.

A despeito da supremacia das perspectivas quantitativas de investigação sobre as qualitativas, o debate teórico, metodológico e epistemológico entre elas persiste até hoje e, em termos metodológicos, reflete-se nos seus diferentes modos de organização das pesquisas quanto aos objetivos, escolha dos sujeitos e formas de análise dos dados.

No enfoque quantitativo uma pesquisa é estruturada de acordo com uma série de passos consecutivos, cada um sendo responsável pelo seguinte (Davila, 1995). Dessa maneira no primeiro deles, o estabelecimento de uma hipótese, já se prefiguraria o último, ou seja, o ponto de chegada estaria implícito no de partida. Entre as premissas e as conclusões haveria todo um conjunto de situações regradas a seguir (método), numa rotinização de procedimentos que causa a impressão de autonomia do processo. Portanto, o início de uma investigação seria o momento em que tudo se decide.

Por outro lado, no enfoque qualitativo o início de uma pesquisa não é um momento decisivo, mas apenas uma tarefa entre outras, todas passíveis de questionamentos e reformulações. Nessa perspectiva, restringir-se a hipóteses prévias levaria à constrição da análise; ao invés disso, tudo estaria sobredeterminado pelo objetivo final, que marca completamente a investigação. Assim, os objetivos primam sobre o método estruturado.

No que se refere à seleção de sujeitos, o critério empregado nas metodologias quantitativas é o da representatividade estatística de uma população, e sua escolha deve estar determinada com precisão para que a amostra reproduza o universo total; neste sentido o número de sujeitos adquire importância. Já na perspectiva qualitativa não se trabalha com populações, mas com grupos ou com uma pessoa nos

métodos de estudo de caso. Assim, o que se torna relevante é a composição adequada dos grupos e não a quantidade de sujeitos, e os critérios de seleção empregados são os de compreensão e pertinência, buscando incluir todos os componentes que reproduzam, em seus discursos, relações relevantes em um grupo ou conjunto. O fato de o enfoque quantitativo trabalhar com populações e o qualitativo com grupos é consequência dos postulados de ambas as perspectivas. Na primeira delas, em que a realidade é compreendida de forma alopoética (agregações), uma das noções fundamentais é a de *indivíduo*, compreendido, por definição, como algo dado. Já no enfoque qualitativo, que concebe a realidade como autopoética, a noção relevante é a de *sujeito* autoconstituente. Assim, os sujeitos-objetos da investigação, ao invés de “sinalizadores” dos fenômenos, são considerados como protagonistas do processo, expressando os seus valores, desejos e crenças, a sua subjetividade real, numa abordagem que permite uma relação de colaboração na construção do conhecimento (Davila, 1995).

Relacionada a essa concepção de sujeito está a maneira como se procede à análise dos dados. Também nesse momento o desenho qualitativo é aberto, com a análise e a interpretação dos dados se conjugando no próprio pesquisador, que é quem integra o que se diz e quem o diz. Assim, é nele que a informação se converte em significado, e é ele que se constitui na unidade do processo de investigação. Dessa maneira, a análise dos dados é feita simultaneamente à coleta, e não ao seu final. Assim, a todo momento são efetuadas devoluções aos sujeitos, havendo uma interação contínua entre coleta e análise, entre investigação e intervenção.

Segundo Davila (1995), quando essas diferenças entre as duas perspectivas são concebidas em termos de mera rivalidade metodológica, não se chega além de uma troca infértil de acusações sobre os limites de cada uma, ou a tentativas de negá-los.

Ortí (1995) sustenta que, na análise da realidade social, essas perspectivas necessitam estabelecer uma relação de complementaridade por deficiência, pois os processos de interação e de comportamento pessoal implicam em aspectos tanto simbólicos como mensuráveis, como o número de sujeitos e o tamanho dos grupos, por exemplo. Por sua vez, Gutiérrez e Delgado (1995) propõem como modelo topológico a existência de um espaço contínuo, definido não por pólos opostos de quantitativo e qualitativo, mas por uma gradação entre eles.

Compartilhando desse ponto de vista, Conde (1995b) sugere a metáfora da escada em que, partindo-

se do qualitativo, vai-se “ascendendo” ao quantitativo, em que há degraus e descansos, cada qual constituindo uma instância ou nível diferente de configuração do real, conformado em cada perspectiva teórico-metodológica e técnica empregada. Neste sentido, os enfoques quantitativo e qualitativo estariam mais ou menos presentes ou ausentes conforme se aproximem ou se distanciem de cada degrau, sendo que entre os extremos haveria uma multiplicidade de instâncias ou posições. Portanto, o problema do pesquisador não seria mais o de adotar uma ou outra perspectiva, mas o de definir o nível de realidade que pretende construir/analisar e os procedimentos que lhe são pertinentes.

A existência dessa pluralidade de níveis da realidade e processos epistemológicos exige a maior amplitude possível na formação do pesquisador, que deve ser antes de tudo um metodólogo capaz de superar e integrar as antigas dicotomias (Ortí, 1995), e assim garantir o *saber fazer* da investigação (Conde, 1995a, 1995b).

O PENSAMENTO PÓS-MODERNO E A PSICOLOGIA CIENTÍFICA

O predomínio das perspectivas quantitativas de investigação ocasionou certo atraso de nossa área de conhecimento em participar dos debates relativos ao impacto na metateoria, teoria, metodologia e prática ocasionado pelo pós-modernismo.

Submetida ao pensamento moderno, a psicologia científica repousa, segundo Gergen (2001), sobre três bases fundamentais: *centralidade do conhecimento individual, mundo visto como objetivamente dado e concepção da linguagem como a portadora da verdade*. A primeira delas, a de que o conhecimento seria produto das mentes de pesquisadores particulares, é considerada pelo pensamento pós-moderno como problemática e opressora. De acordo com esse novo ponto de vista, o pesquisador individual somente pode ser considerado racional se adotar os códigos de discurso próprios de sua comunidade científica específica; portanto, são as condições históricas e sociais que determinam o que é científico ou não. Quanto à segunda base, o pensamento pós-moderno sustenta que não há meios de declarar que existe um mundo “lá fora” ou refletido objetivamente por um “aqui dentro”, pois palavras como “matéria” ou “processos mentais” não são reflexos da realidade objetiva, mas constituintes de um sistema de linguagem ou de sentido (Gergen, 2001). Assim, falar de um mundo material ou de relações causais não é descrever o que existe, mas sim,

participar de um gênero textual que constitui uma tradição cultural particular. Com referência ao pressuposto de ser a linguagem a *portadora da verdade*, o pensamento moderno sustenta que, sendo as palavras sinais externos das idéias e conhecimentos individuais, seria por meio delas que eles poderiam ser transmitidos de pessoa para pessoa, permitindo um mapeamento do mundo. O pensamento pós-moderno rebate essa concepção, argumentando que as linguagens de descrição e explicação são geradas dentro de relacionamentos humanos, portanto ganhariam significado somente neles. Nesse sentido, falar a verdade não equivaleria a fornecer um retrato preciso do que realmente acontece, mas participar de um conjunto de convenções; assim, ser objetivo é jogar pelas regras de uma dada tradição de práticas sociais.

A crítica de Gergen (2001) aos três pilares de sustentação do modernismo resgata valores das abordagens qualitativas de investigação como a maior importância conferida à representatividade dos sujeitos em detrimento de sua quantidade, à sobredeterminação dos passos de uma pesquisa aos seus objetivos finais e à interação contínua entre investigação e intervenção. O conhecimento, na perspectiva pós-moderna, é local, contextualizado; neste sentido essa perspectiva preconiza que o que é possível é conhecer “alguma coisa” ao invés de pretender conhecer “tudo”.

A sobredeterminação de todos os passos da pesquisa aos seus objetivos finais vai ao encontro do valor social do conhecimento enfatizado pela filosofia pós-moderna, que concebe ser a questão primária da investigação a utilidade que determinado conhecimento traz para a cultura, conferindo um caráter pragmático à atividade científica e apontando para a necessidade de aproximação entre ciência e profissão. A maior intimidade dessa relação acarretaria o enriquecimento da prática e o florescimento de novas metodologias de investigação.

PESQUISA E PRÁTICA SOB A ÓTICA PÓS-MODERNA

O relacionamento entre pesquisa e prática profissional sob a perspectiva pós-moderna foi debatido por Hoshmand e Polkinghorne (1992), que sustentaram que elas deixariam de constituir-se em duas ações separadas, baseadas em diferentes modos de raciocínio, para tornarem-se um sistema único e interativo de investigações e ações deliberadas. Rompendo com o modelo segundo o qual a teoria e a pesquisa seriam os modos primordiais de produção de

conhecimentos a serem posteriormente traduzidos em técnicas para o uso dos práticos, eles defendem como indispensáveis a descrição e compreensão profunda dos modos de saber oriundos da prática, que não são formalmente admissíveis nos modelos científicos correntemente aceitos. Nessa direção, haveria a necessidade de uma epistemologia da práxis, que preenchesse a lacuna entre os conhecimentos formais da pesquisa e os da prática.

Hoshmand e Polkinghorne (1992) reiteram que garantir um papel para o conhecimento advindo da prática não implica abandonar uma atitude crítica em favor de um subjetivismo indisciplinado. Nesses termos, eles argumentam que, se a Ciência Psicológica incluir esse tipo de conhecimento como parte de seus fundamentos, a profissão deverá concordar sobre critérios apropriados e padrões de julgamento da “investigação prática” e dos conhecimentos advindos da experiência. Essa necessidade, em nossa opinião, remete à consideração do papel, condições e características do pesquisador-profissional, bem como das possibilidades concretas de organizar, selecionar e hierarquizar a constelação de elementos advindos do emaranhado de dados que emergem na investigação da experiência humana, além da viabilidade de divulgação desse tipo de conhecimento.

O pesquisador-profissional

Uma vez que é no pesquisador-profissional que se conjugam a análise e a interpretação dos dados e – acrescentamos – a sua apreensão, a consideração de suas características e de seu papel é imprescindível em qualquer investigação/ intervenção.

Pakman (1995) atribui ao pesquisador-profissional o papel de um praticante reflexivo em interação com seus sujeitos-objetos de estudo. Segundo ele, a necessidade de uma práxis reflexiva se funda no fato de que tudo aquilo que o pesquisador observa, o faz como participante que não tem acesso privilegiado nem a uma realidade externa à sua atividade nem a observar as condições de sua própria observação com suas restrições, condicionamentos e pressupostos. Neste sentido, enfatiza a necessidade de desenvolver estruturas (cognitivas e afetivas) que facilitem o exercício da reflexão, aprimorando assim a qualidade e o alcance da investigação. A auto-observação do pesquisador é concebida por Pakman como um ato de observação mútua. Dessa maneira seria o olhar do outro, seja ele o nosso sujeito-objeto de estudo ou nossa comunidade científica, que nos informaria em que medida aquilo que “descobrimos” em nossas investigações é efeito de nossas próprias intervenções.

A atitude mental do investigador também foi abordada por Trinca (2001), que afirmou que a qualidade e o nível de consciência dele definem a abrangência ou estreiteza de seu contato com o sujeito-objeto de estudo. Uma atitude mental elementarística, fragmentária e superficial impossibilitaria compreender a natureza mais profunda dos fenômenos e, ao invés de captá-los vivos, conduziria somente à sua dissecação, empobrecendo-os ou matando-os. Assim, a atitude básica do pesquisador deve ser de mobilidade psíquica, de manter a mente em estado fluido e mutável, em completa liberdade. Essa mobilidade permitiria a emergência e localização do foco nodal ou dominante da vida psíquica do sujeito em meio ao oceano de dados da experiência trazida por ele, e viabilizaria a sua ordenação e aferição de sentido.

Clandinin e Connelly (1994) afirmam que faz muita diferença se nós, como pesquisadores, agimos como *voyeurs* do drama de uma vida a que assistimos em posição privilegiada, ou se esse drama ocorre no contexto de nossa própria história; se como um pesquisador que criou um *setting* no qual o texto foi gerado, ou se a história acontece no contexto de nossa vida mais ampla, em que nós, como pesquisadores, também estamos nos observando em participação com os sujeitos. Eles sustentam que na investigação em Psicologia é necessário o pesquisador dispor de referenciais pessoais de experiência para compreender o que está acontecendo, mas sem perder de vista a qualidade autobiográfica desse recurso.

Enfim, garantir a qualidade da investigação requer que o pesquisador-psicólogo, ao mesmo tempo em que lança um olhar sobre seu sujeito-objeto, lance outro sobre si mesmo; essa auto-reflexão também seria essencial para a organização dos elementos que surgem na prática-pesquisa que envolve a experiência humana.

A organização dos dados da investigação/ intervenção

Do ponto de vista da epistemologia positivista, toda ciência cujo objeto se constitui na experiência humana esbarra no problema de fornecer dados inapropriados para análise, pois a experiência é caótica, e assim também seria a pesquisa a seu respeito (Clandinin & Connelly, 1994). Destarte, a manutenção do foco de interesse e a seleção dos dados destinados à análise seriam tarefas complexas e trabalhosas do pesquisador.

Sob a ótica pós-moderna, como coleta e análise dos dados acontecem simultaneamente, a atitude do pesquisador durante o contato com seu sujeito-objeto de estudo já determina a organização que será feita

deles. A conjugação de intervenção e investigação traz ao pesquisador a vantagem de obter *feedback* por parte dos sujeitos, o que funciona como um guia durante o seu trabalho, facilitando a identificação dos elementos relevantes e uma “testagem de hipóteses” *in loco*.

Nesses termos, Hoshmand e Polkinghorne (1992) sustentam que o processo de reflexão desempenha um papel crucial para a checagem da validade do conhecimento prático, mas isso não significa que o pesquisador deva parar e pensar; antes deve manter viva, no meio de uma ação, uma multiplicidade de pontos de vista da situação, uma capacidade de se envolver em uma reflexão-em-ação.

A simultaneidade da coleta e análise não desobriga o pesquisador de debruçar-se posteriormente sobre os dados, buscando maior sistematização deles. Miller e Crabtree (1994) ao proporem expedientes para a realização de pesquisas clínicas em referenciais multimetodológicos, apresentam quatro interessantes estilos de organização e análise dos dados: imersão/ cristalização, edição, moldagem e quase-estatístico. Segundo eles, a meta da investigação (exploração, busca de compreensão da experiência de outros ou testagem de hipóteses, por exemplo), a presença ou ausência de literatura significativa sobre o objeto de estudo, a solidez teórica a respeito do tema e a coerência com a forma da coleta dos dados é que determinam a estratégia analítica a ser utilizada.

A divulgação dos resultados da investigação

O conhecimento derivado das experiências profissionais, considerado como mal-formado e diáfano pela ciência positivista, apresenta certas dificuldades no momento de sua divulgação por escrito. Nesse sentido, Hoshmand e Polkinghorne (1992) referem o baixo número de publicações por parte de psicólogos clínicos nos programas de pós-graduação, havendo preferência pela transmissão desse corpo de conhecimento por meio da tradição oral, de uma geração para outra.

Não obstante, do vértice pós-moderno a escrita tem sido considerada como de capital importância, capaz de constituir em si mesma um método de investigação, uma maneira de o pesquisador conhecer-se e ao seu tema (Richardson, 1994). Nesse sentido, a escrita não seria uma atividade realizada ao final da investigação, mas ao longo dela, já nos momentos de coleta e análise dos dados, sendo possível, por meio da redação contínua, produzir significados e criar realidades sociais. Como a linguagem não “reflete” simplesmente uma realidade social preexistente, não seria necessário ao pesquisador primeiramente pensar

no que deseja dizer; ao contrário, esse tipo de escrita estática é coerente com um cientificismo mecanicista e com as pesquisas quantitativas.

De acordo com o pensamento pós-moderno, o *Self* do investigador deverá estar sempre presente em seu relato de pesquisa, não importa quanto se tente suprimi-lo, como nos foi ensinado a fazer nas abordagens positivistas de investigação. O conhecimento do próprio *Self* e o do sujeito-objeto estariam entrelaçados, constituindo-se em conhecimentos parciais, locais e históricos. Partir dessa premissa libera o pesquisador-profissional para escrever sobre o seu material de uma variedade de modos, permitindo-lhe aprender sobre o seu tema e sobre si mesmo.

Enfim, a filosofia pós-moderna abriu uma infinidade de perspectivas para a produção do conhecimento científico, ampliando os seus modos de obtenção por meio de metodologias criativas e inovadoras oriundas da prática profissional, visando explicitamente ao bem-estar do sujeito, colocando a ciência a serviço da ética. Embora muito ainda precise ser feito nesse sentido, como maior explicitação dos raciocínios empregados nas práticas profissionais e a definição mais segura de padrões mínimos de qualidade do conhecimento proporcionado por elas (Hoshmand & Polkinghorne, 1992), realizamos a seguir uma análise preliminar de uma prática clínica recente em Psicologia, o Psicodiagnóstico Interventivo, averiguando suas possibilidades de constituir-se como método de pesquisa científica.

O PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Psicodiagnóstico Interventivo constitui uma prática clínica que congrega ao mesmo tempo investigação e intervenção, incluindo o uso de assinalamentos, *holding*, *handling* e interpretações desde a primeira entrevista e durante a aplicação de técnicas projetivas. Esse trabalho, que visa explorar de maneira sistemática os efeitos terapêuticos promovidos pela situação de avaliação psicológica, vem conquistando o seu lugar entre os métodos psicoterápicos devido à sua alta eficácia, continuamente comprovada por estudos como os de Ancona-Lopez et al. (1995), Barbieri (2002), Barbieri, Jacquemin e Biasoli-Alves (2004), Leoncio e Tardivo (2006), Vaisberg (2004), entre outros.

Os modelos mais difundidos de realização do Psicodiagnóstico Interventivo no Brasil são o de orientação fenomenológico-existencial e o psicanalítico. O primeiro, inspirado nas propostas de

Fischer (1979), foi adaptado por Ancona-Lopez et al. (1995) para a realidade dos contextos institucionais brasileiros, especialmente as clínicas-escola de Psicologia. Já o segundo é firmemente enraizado nas “Consultas Terapêuticas” de Winnicott (1971/1984), a ponto de, por vezes, emprestar-lhe o nome (Vaisberg, 2004; Leoncio & Tardivo, 2006). O modelo psicanalítico também é descendente direto do Psicodiagnóstico Compreensivo, definido por Trinca (1984) como aquele que visa abarcar e integrar o conjunto de informações disponíveis sobre o paciente de modo a encontrar um sentido para elas.

Apesar de exibirem vários pontos em comum, esses dois modelos apresentam importantes diferenças de natureza epistemológica, teórica e metodológica, que se corporificam em seu manejo prático.

No modelo psicanalítico é fundamental oferecer ao paciente a oportunidade de constituir o profissional como objeto subjetivo, capaz de proporcionar a experiência emocional necessária para a retomada do seu desenvolvimento (Winnicott, 1965/1993, 1971/1984). A concepção do profissional como aquele que oferece ajuda é essencial, e sua opinião, nesse sentido, não pode ser compreendida como um simples ponto de vista dentre vários possíveis. Com isso, a relação profissional-paciente não é concebida de modo simétrico como no modelo fenomenológico-existencial.

Em decorrência dessa diferença na relação terapêutica, no procedimento fenomenológico a neutralidade do profissional é vista como um distanciamento do paciente (Ancona-Lopez, S., 1995), enquanto no psicanalítico ela é ferramenta essencial para a constituição do psicólogo como objeto subjetivo (Winnicott, 1965/1993, 1971/1984).

No modelo fenomenológico, o processo de metabolização psíquica que ocorre no paciente ao longo do processo é compreendido como consequência direta da intervenção ativa (verbal) do profissional (Ancona-Lopez, S., 1995); já no modelo psicanalítico a própria atividade do paciente de abordar o material das técnicas projetivas e de constituí-lo de uma maneira pessoal é concebida como potencialmente capaz de colocar em marcha a retomada do desenvolvimento (Barbieri, 2002).

Embora ambos preconizem a existência de um significado subjacente ao sintoma, no Psicodiagnóstico Interventivo fenomenológico ele é de ordem consciente (Ancona-Lopez, M., 1995), ao passo que no psicanalítico ele é de natureza inconsciente (Freud, 1917/1976; Trinca, 1984).

No Psicodiagnóstico Interventivo fenomenológico há valorização da capacidade intelectual do paciente

(Ancona-Lopez, M., 1995), enquanto no psicanalítico (à exceção de casos de acentuada deficiência cognitiva) ela não é tão relevante, já que é possível obter bons resultados sem a ocorrência do *insight* (Winnicott, 1953/1993).

O presente estudo abordará exclusivamente o Psicodiagnóstico Interventivo de orientação psicanalítica, que compartilha dos mesmos eixos estruturantes do Psicodiagnóstico Compreensivo: objetivar a elucidação do significado das perturbações; ênfase na dinâmica emocional inconsciente; consideração do material clínico como um conjunto (que inclui os sentimentos, pensamentos e sensações do psicólogo); busca de uma compreensão globalizada do paciente; seleção de aspectos centrais e nodais envolvidos na dinâmica inconsciente promotora do sintoma; predomínio do julgamento clínico em detrimento das predições possibilitadas por instrumentos empiricamente validados; subordinação do processo diagnóstico ao pensamento clínico; prevalência do uso de métodos e técnicas de exame fundamentados na associação livre, cuja avaliação é feita predominantemente pela livre inspeção do material. O Psicodiagnóstico Interventivo complementa o Compreensivo na medida em que agrega a ele intervenções deliberadas do profissional, demonstradas nesse momento não apenas como possíveis, mas necessárias (Winnicott 1965/1993), em função das características peculiares à situação diagnóstica.

O enquadre

Psicodiagnóstico é definido como uma situação limitada no tempo, em que uma pessoa pede ajuda a outra que se dispõe a atender o seu pedido, utilizando entrevistas e técnicas de exame psicológico (Ocampo, Arzeno & Piccolo, 1979/1986). A prática clínica demonstrou que essa situação leva o paciente a expressar, de maneira concentrada, os conflitos nodais que subjazem ao sintoma, as experiências que conduziram a ele e aquelas promotoras da retomada do desenvolvimento e da saúde.

Embora o psicólogo necessite da coleta de informações mais estruturadas durante esse processo (para avaliar, por exemplo, a natureza e a intensidade dos sintomas e a necessidade de medicação), nos psicodiagnósticos de tipo compreensivo/interventivo os instrumentos que fornecem esse tipo de dado estão subordinados aos métodos não estruturados, que incluem particularmente as técnicas projetivas de avaliação da personalidade. A ambigüidade dos estímulos dessas técnicas e da situação de avaliação psicológica como um todo conduz o paciente a

organizá-los segundo os seus referenciais pessoais e suas características mais íntimas. A situação de busca de ajuda é o único parâmetro de que o paciente dispõe, e é exatamente a existência dele (*setting*) que garante a expressão do conflito nodal e das fantasias de doença e cura (Aberastury, 1979/1982), que o psicólogo buscará apreender, selecionar e organizar. Portanto, é a pouca estruturação do processo, acrescida à atitude de mobilidade psíquica do profissional, que permite a emergência, a apreensão e a organização dos dados significativos.

Assim, similarmente ao investigador qualitativo, a rotinação dos procedimentos não tem lugar nessa atividade clínica, sendo o processo conduzido com fluidez, em uma co-construção constante com o paciente, que é quem deve estruturá-lo, mantendo o profissional uma atitude de abertura para abarcar o novo e o inesperado. Nessa mesma direção, Alonso (1995) ao discutir a entrevista aberta nas práticas da sociologia qualitativa, afirma que ela é um discurso enunciado principalmente pelo entrevistado, embora também compreenda as intervenções do investigador, relacionados a partir do que foi chamado um contrato de comunicação.

Nesse sentido, os eixos estruturantes do Psicodiagnóstico Compreensivo/ Interventivo relativos à prevalência do uso de métodos e técnicas fundamentados na associação livre, que permitem a expressão de aspectos centrais envolvidos na dinâmica inconsciente promotora do sintoma, são compatíveis com as diretrizes que permeiam as abordagens qualitativas de investigação científica.

A construção conjunta do conhecimento pelo paciente e pelo psicólogo se operacionaliza no contexto de uma relação de interdependência, em que o primeiro expressa as experiências que conduziram ao seu sofrimento e o segundo busca oferecer-lhe outras, diferentes dessas. Assim, ambos são protagonistas do processo, mas há uma diferença explícita de papéis, não em termos de importância, mas de qualidade.

O papel do psicólogo

A manutenção dos eixos estruturantes do Psicodiagnóstico Compreensivo/Interventivo relativos à consideração do material clínico como um todo, à compreensão globalizada do paciente, ao predomínio do julgamento clínico em detrimento das predições de instrumentos validados empiricamente e à subordinação do processo diagnóstico ao pensamento clínico, estão em perfeita sintonia com o papel atribuído ao pesquisador nas perspectivas qualitativas de investigação. Conforme discutido anteriormente,

nesse tipo de abordagem cabe ao pesquisador integrar todas as informações, convertendo-as em significado, constituindo-se ele próprio na unidade da investigação. Também no Psicodiagnóstico o profissional realiza uma reflexão profunda sobre os dados recolhidos, buscando a sua concatenação numa síntese harmônica e significativa para a compreensão de um paciente individual, numa produção de conhecimento definidamente local. Assim, da mesma maneira que o pesquisador qualitativo, ele é o instrumento principal de sua investigação.

O papel de praticante reflexivo do pesquisador, a consideração do seu relacionamento com o sujeito e sua atitude de mobilidade psíquica, promotores da integração dos dados na pesquisa qualitativa, também se aplicam ao psicólogo empenhado na tarefa de avaliação (e intervenção) psicológica.

Embora a importância dessa atitude reflexiva esteja bem estabelecida na pesquisa qualitativa e no psicodiagnóstico, a pouca compreensão dos modos de raciocínio empregados na prática aparece como um obstáculo importante para conceber a atividade profissional como produtora de ciência. Não obstante, é possível contar com a relevante contribuição de Trinca (1983) sobre os processos epistêmicos do profissional dedicado a essa tarefa.

Trinca (1983) descreveu as quinze diferentes modalidades de raciocínio clínico mais frequentemente utilizadas pelos psicólogos na avaliação psicológica: apreensão do objeto presente ou dado, identificação de objetos semelhantes aos da experiência anterior, analogia entre partes constituintes de um mesmo objeto, pensamento classificatório, recorrência à teoria, dedução, prova de hipótese, denominador comum, pistas indicativas da solução, articulação das partes entre si, exclusão das alternativas menos verossímeis em um processo de tentativas, visão simultânea de conjunto, fechamento, imagens intuitivas e o sentir em contexto mais abrangente. Essa formalização, considerada por Trinca (1983) ainda incompleta, representa um avanço no estabelecimento de uma linguagem comum entre os profissionais-pesquisadores sobre os critérios e padrões de julgamento do conhecimento advindo da prática, tão necessários para a sua legitimação.

As condições afetivas, a mobilidade, flexibilidade, empatia e fluidez, necessárias ao psicólogo-avaliador e ao pesquisador qualitativo, demandam-lhes como imperativo ético o contato com o próprio mundo psíquico, uma vez que a maior compreensão de si conduz ao aumento da amplitude, profundidade e fidelidade da compreensão de seu sujeito-paciente, estabelecendo assim o valor epistemológico da

investigação, seja ela de objetivos profissionais, científicos ou ambos.

Investigação e intervenção

A separação entre as atividades de investigação e de intervenção é produto de um artifício positivista que busca atingir um ideal de objetividade para a pesquisa científica. Influenciados por esse posicionamento, alguns dos próprios investigadores qualitativos tentaram diferenciar as entrevistas em profundidade (etnográficas) dos procedimentos de observação participante; contudo não escaparam às críticas de seus colegas, como Lofland (citado por Fontana & Frey, 1994), que defendeu que ambas seguem lado a lado, e que muitos dos dados obtidos na observação participante provêm de entrevistas, mesmo as informais. Nessa mesma direção, Fontana e Frey (1994) afirmam que não é possível haver intimidade sem reciprocidade e, assim, a ênfase atual da entrevista em pesquisa tem sido a de permitir uma relação mais próxima entre o entrevistador e o respondente. Essa nova abordagem permitiria ampliar o espectro de respostas e um maior *insight* dos participantes; já o distanciamento entre o entrevistador e o sujeito restringe drasticamente o envolvimento deste último, fornecendo um quadro pouco acurado a seu respeito.

Na prática clínica, os malefícios que um psicodiagnóstico isento de intervenções pode trazer ao paciente foram descritos por Barbieri (2002). Também Winnicott (1965/1993) afirmava que quando as entrevistas iniciais são empregadas sem intervenção, além de não atingirem seus objetivos de formular o diagnóstico e iniciar o tratamento, desperdiçam a chance de o paciente fazer um tipo de contato, o que pode agir como terapia negativa.

Se as metodologias qualitativas demonstraram que investigação e intervenção não podem ser apartadas e a prática clínica revelou os efeitos nocivos que essa separação produz no paciente, o pensamento pós-moderno atribuiu à intervenção um *status* primordial, ao enfatizar que é o valor social pragmático que deve nortear a pesquisa científica. Nesses termos, a capacidade de transformação, viabilizada pela intervenção, torna-se o fator fundamental, o objetivo primeiro e último de toda pesquisa, a que todos os outros passos devem se subordinar.

Nessa mesma direção, Alonso (1995) afirma que na pesquisa qualitativa a entrevista somente pode ser julgada por seus resultados finais. Discutindo a necessidade da intervenção no contexto de um campo de investigação estruturado pelo sujeito-objeto de estudo, ele afirma que os modos gerais de atuação consistem na reformulação e na interpretação, à semelhança do Psicodiagnóstico Interventivo.

Assim, tanto na pesquisa qualitativa pós-moderna quanto no Psicodiagnóstico Interventivo, o sujeito-paciente conta a sua história, as suas experiências, e as revive no relacionamento atual com o pesquisador-psicólogo, o que lhe permite modificá-las e modificar-se com o auxílio das devoluções.

Destarte, as similaridades entre a prática do Psicodiagnóstico Interventivo e as abordagens qualitativas de investigação, resgatadas pelo pensamento pós-moderno, são muitas: congregação entre avaliação e intervenção; simultaneidade entre coleta e análise dos dados; estruturação do processo por parte do sujeito-paciente e sua construção do conhecimento em conjunto com o pesquisador-profissional; primazia dos objetivos finais da pesquisa-prática clínica sobre o método (conjunto de técnicas de avaliação psicológica a ser utilizado); consideração do pesquisador-profissional como o instrumento fundamental de todo o processo; relevância atribuída ao relacionamento com o sujeito-paciente; reconhecimento da experiência humana como o objeto de estudo da Psicologia. Essas coincidências permitem considerar o Psicodiagnóstico Interventivo como método legítimo não somente de intervenção clínica, mas também de investigação científico-acadêmica. Da mesma maneira, outras práticas profissionais da Psicologia poderiam constituir-se como tal, desde que realizado esforço semelhante ao deste trabalho para a compreensão dos seus pressupostos epistemológicos de base. A concretização de estudos dessa natureza permitirá maior integração entre profissionais e pesquisadores, dissipando gradualmente as diferenças de *status* entre ambos e contribuindo para a obtenção de um fluxo de produção de conhecimento mais dinâmico, e de uma concepção mais abrangente da natureza humana.

CONCLUSÃO

O predomínio do pensamento positivista nas Ciências Sociais e Humanas trouxe consigo, ao longo da história, uma dissociação entre pesquisa acadêmica e prática profissional. Essa situação ocasionou um empobrecimento na produção de conhecimentos oriundos do trato direto com as pessoas ou a ele destinados, promovendo um distanciamento daquilo que deveria se constituir na meta principal do nosso trabalho como psicólogos.

O advento do pensamento pós-moderno, não obstante, resgatou valores próprios das perspectivas qualitativas de investigação científica, entre os quais o caráter local de todo conhecimento, a sua determinação sócio-histórica e, fundamentalmente, a primazia dos objetivos sobre o método, enfatizando o

valor de transformação (pragmática) que a pesquisa deve trazer para a sociedade ou para o indivíduo. Essa perspectiva filosófica alterou profundamente as relações da ciência com a ética e com a profissão. A ética passou de uma posição de conhecimento paralelo, ao qual todo cientista deveria atentar em sua atividade, para constituir-se em guia primeiro da ciência mesma, a que ela deve se subordinar. Com referência à profissão, houve a possibilidade de um relacionamento mais próximo, fluido e em via dupla, permitindo considerá-la como um lugar capaz de produzir conhecimentos, em posição de igualdade com a pesquisa mais tradicional.

Nesse contexto, o Psicodiagnóstico Interventivo, na medida em que se fundamenta nos pressupostos das abordagens qualitativas de investigação e sob os auspícios do pensamento pós-moderno, reúne todas as condições para ser considerado como método legítimo de pesquisa científica. Embora muito ainda precise ser feito em termos de definições dos processos epistêmicos utilizados pelos profissionais em sua prática cotidiana, e de desenvolvimento de critérios mais precisos para a determinação do nível de qualidade dos conhecimentos científicos advindos da prática, análises de outras atividades profissionais, como a realizada neste trabalho, somente têm a enriquecer a Psicologia. O aprofundamento no estudo desse tema poderá conduzir, no futuro, à consideração da ciência e da profissão não mais como faces distintas da mesma moeda, mas como um único e mesmo trabalho que proporcione uma integração mais harmônica da nossa identidade como psicólogos e, em conseqüência, nos permita perceber em sua inteireza aqueles que buscam a nossa ajuda. Novamente o cuidado técnico e científico com a nossa profissão é pré-requisito para o cuidado na atenção ao outro: ciência, ética e profissão compartilhando o mesmo corpo.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. (1982). *Psicanálise da criança: teoria e técnica* (A. L. L. Campos, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Alonso, L. E. (1995). Sujeto y discurso: El lugar de la entrevista abierta en las prácticas de la sociología cualitativa. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 225 -240). Madrid: Síntesis.
- Ancona-Lopez, M., Vorcaro, A. M. R., Cupertino, C., Bruscajin, C. B., Barros, D. T. R., Yehia, G. Y., Santiago, M. D. E., Ancona-Lopez, S., Mito, T. I. H. & Monachesi, Y. (1995). *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, M. (1995). Introduzindo o psicodiagnóstico grupal interventivo: uma história de negociações. Em M. Ancona-

- Lopez (Org.), *Psicodiagnóstico: processo de intervenção* (pp. 65-114). São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, S. (1995). Psicodiagnóstico: processo de intervenção? Em M. Ancona-Lopez (Org.), *Psicodiagnóstico: processo de intervenção* (pp. 26-36). São Paulo: Cortez.
- Barbieri, V. (2002). *A família e o Psicodiagnóstico como recursos terapêuticos no tratamento dos transtornos de conduta infantis*. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Barbieri, V., Jacquemin, A. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Alcances e limites do Psicodiagnóstico Interventivo no tratamento de crianças anti-sociais. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 28(14), 153-167.
- Clandinin, D. J. & Connelly, F. M. (1994). Personal experience methods. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 413-427). London: Sage.
- Conde, F. (1995a). Las perspectivas metodológicas cualitativa y cuantitativa en el contexto de la historia de las ciencias. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 53-68). Madrid: Síntesis.
- Conde, F. (1995b). Procesos e instancias de reducción/formalización de la multidimensionalidad de lo real: Processo de institucionalización/reificación social en la praxis de la investigación social. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 97-119). Madrid: Síntesis.
- Davila, A. (1995). Las perspectivas metodológicas cualitativa y cuantitativa en las ciencias sociales: Debate teórico e implicaciones praxeológicas. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 69-83). Madrid: Síntesis.
- Fischer, C. T. (1979). Individualized assessment and phenomenological psychology. *Journal of Personality Assessment*, 43(2), 115-122.
- Fontana, A. & Frey, J. (1994). Interviewing: the art of science. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 361-376). London: Sage.
- Freud, S. (1976). O sentido dos sintomas. Em J. Salomão (Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVI, pp. 305-322). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).
- Gergen, K. J. (2001). Psychological science in a postmodern context. *American Psychologist*, 10(56), 803-813.
- Gutiérrez, J. & Delgado, J. M. (1995). Introducción. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Eds.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 25-50). Madrid: Síntesis.
- Hoshmand, L. T. & Polkinghorne, D. E. (1992). Redefining the science-practice relationship and professional training. *American Psychologist*, 1(47), 55-66.
- Leoncio, W. A. H. & Tardivo, L. C. (2006). Consulta Terapeutica con una familia acojida [CD-ROM]. Em *Anais do XIII Congresso Latinoamericano de Rorschach y Metodos Projectivos*. Lima: ALAR.
- Miller, W. L. & Crabtree, B. F. (1994). Clinical research. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 340-352). London: Sage.
- Ocampo, M. L. S., Arzeno, M. E. G. & Piccolo, E. G. (1986). *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas* (M. Felzenswalb, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1979).
- Ortí, A. (1995). La confrontación de modelos y niveles epistemológicos en la génesis e historia de la investigación social. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 85-95). Madrid: Síntesis.
- Pakman, M. (1995). Investigación e intervención en grupos familiares. Una perspectiva constructivista. Em J. M. Delgado & J. Gutiérrez. (Orgs.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales* (pp. 359-377). Madrid: Síntesis.
- Richardson, L. (1994). Writing: A method of inquiry. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 516-529). London: Sage.
- Sternberg, R. J. & Grigorenko, E. L. (2001). Unified Psychology. *American Psychologist*, 12(56), 1069-1079.
- Trinca, W. (1983). *O pensamento clínico em diagnóstico da personalidade*. Petrópolis: Vozes.
- Trinca, W. (Org.). (1984). *Diagnóstico psicológico: a prática clínica*. São Paulo: E.P.U.
- Trinca, W. (2001). *Considerações sobre um modelo de pesquisa em Psicanálise* (Texto impresso). Sociedade Brasileira de Psicanálise, São Paulo.
- Vaisberg, T. A. (2004). *Ser e fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Aparecida: Idéias e Letras.
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil* (J. M. X. Cunha, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1993). The value of the Therapeutic Consultation. In D. Goldman (Ed.), *In one's bones: The clinical genius of Winnicott* (pp. 95-100). London: Jason Aronson. (Original work published 1965).
- Winnicott, D. W. (1993). A tolerância do sintoma na pediatria - a história de um caso. Em D. W. Winnicott, *Textos selecionados: da Pediatria à Psicanálise* (J. Russo, Trad.) (pp. 211-232). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1953).

Recebido em 01/10/2006

Aceito em 14/08/2007

Endereço para correspondência : Valéria Barbieri. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FFCLRP-USP, Av. Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, Campus Universitário, CEP 14040-901, Ribeirão Preto-SP.
E-mail: valeriab@ffclrp.usp.br